

ANC - com

4 JUL 1986

A questão do diploma

Profissão
Profissional

FOLHA DE SÃO PAULO

O corporativismo persiste no Brasil sob diversas formas. A mais gritante —ou estruturada— situa-se no campo trabalhista, onde reivindicações legítimas dão lugar, muitas vezes, a conclamações fundamentadas no mais evidente espírito de corpo, ao arrepio dos direitos e exigências da sociedade. O debate democrático sobre este tipo de atitude, e sobre os prejuízos que traz, ganha novo impulso com uma proposta aprovada anteontem pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, prevendo o fim da burocrática obrigatoriedade do diploma para a atuação profissional em certas áreas. De fato, em poucos aspectos o interesse corporativo é mais transparente do que nos casos em que se garante, através de um diploma universitário, uma reserva de mercado para determinados segmentos de atividade.

O texto votado —“a exclusividade do exercício profissional somente será estabelecida por lei para profissões cujo exercício envolva risco à vida ou possa causar grave dano ao indivíduo ou à coletividade”—, mais que uma determinação imutável, deve ser encarado como um acréscimo salutar às discussões. Embora pouco específico, o que aliás é próprio de uma redação constitucional, reveste-se de grande validade como ponto de partida para um debate.

No jornalismo, observa-se talvez o mais evidente caso de arbítrio corporativo mascarado na exigência

do diploma. Privam-se os setores de maior desenvolvimento na imprensa devido a uma reserva de mercado que veda o acesso de profissionais especializados, protegendo, não se sabe por que razão, os que detiverem o atestado de sua permanência em escolas de comunicação —na sua maioria, por sinal, mal-aparelhadas e deficientes. E, se estas são capazes de formar bons profissionais, não deveriam temer a concorrência. O interesse de corpo, que urdiu esta obrigatoriedade nos bastidores do regime autoritário, surge aqui em todo seu absurdo.

Um dos membros da Comissão de Estudos Constitucionais, Walter Borelli, diretor do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), afirmou neste sentido que é preciso “remover todas as reminiscências do fascismo, do corporativismo, e ampliar o debate sobre o processo de profissionalização”. A declaração reflete com singular clareza a importância da proposta; seja na imprensa, seja em outros setores de atividade, é urgente a análise do tema. O fim da obrigatoriedade do diploma para determinadas profissões terá de ser decidido após uma ampla discussão; e a sociedade, a maior prejudicada pelas determinações hoje vigentes, passa a ter na formulação proposta pela Comissão Arinos um importante subsídio.